

ABORDAGENS TÉCNICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS APRESENTADO PELAS EMPRESAS QUE EXPLORAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS

ANALYSIS OF LEVEL OF ENVIRONMENTAL DISCLOSURE OF INFORMATION
PRESENTED BY COMPANIES THAT EXPLORE AGRICULTURAL ACTIVITIES

1º autor

Nome completo:

Deisiane Alves Guimarães

Graduada em Ciências Contábeis

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

E-mail: deisianeag@hotmail.com

2º autor

Nome completo: Ilirio José Rech

Titulação: Doutor em Ciências Contábeis

Vínculo: Universidade Federal de Uberlândia - UFU

E-mail: ilirio@facic.ufu.br

3º autor

Nome completo: Moisés Ferreira da Cunha

Titulação: Doutor em Ciências Contábeis

Vínculo: Universidade Federal de Goiás - UFG

E-mail: mfccunha@ig.com.br

4º autor

Nome completo: Ivone Vieira Pereira

Titulação: Mestre em Ciências Contábeis

Vínculo: Universidade de Rio Verde - FESURV

E-mail: ivonevp@fesurv.br

RESUMO

A preservação do meio ambiente tornou-se um tema de discussão recorrente no âmbito empresarial cuja contabilidade tem papel fundamental como ferramenta para divulgação das informações relacionadas ao consumo, preservação e recuperação de recursos naturais. Algumas atividades econômicas têm uma relação mais próxima com o meio ambiente. Isso ocorre principalmente quando as empresas desenvolvem a exploração de recursos naturais, como é o caso da produção agrícola. Neste sentido esta pesquisa tem como objetivo verificar o nível de divulgação das informações ambientais de empresas que exploram a atividade agrícola. Utilizando metodologia de pesquisa descritiva foi selecionada uma amostra de 19 empresas listadas na CVM que possuem em seus relatórios contábeis elementos conceituados como ativos biológicos. Os resultados indicam que as empresas que exploram atividade agrícola apresentaram, na média, baixo nível de evidência ambiental sendo que apenas quatro empresas se enquadraram no terceiro quartil com nível médio de evidência. As evidências sugerem que as empresas da amostra se utilizam da divulgação das informações ambientais mais como ação de legitimação do que com o objetivo de bem informar os usuários das informações.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, Evidência, Relatórios Contábeis.

Abstract

The preservation of the environment has become a recurring topic of discussion in the business whose accounting plays a fundamental role as a tool for disseminating information related to consumption, preservation and restoration of natural resources. Some economic activities have a closer relationship with the environment. This mainly occurs when companies develop the exploitation of natural resources, such as agricultural production. In this sense, this research aims to determine the level of disclosure of environmental information to companies exploiting agricultural activity. Using descriptive research methodology was selected a sample of 19 companies that have listed on the CVM in its financial reporting elements conceptualized as biological assets. The results indicate that companies that explore agriculture had, on average, low level of environmental disclosure and only four companies not fit in the third quartile with the average level of disclosure. The evidence suggests that firms in the sample are used to the disclosure of environmental information as more legitimate than action in order to well inform users of the information.

Key Words: Environmental Accounting, Reporting, Accounting Reports

INTRODUÇÃO

A preservação do meio ambiente tornou-se um tema de discussão recorrente no âmbito empresarial. Isto se deve ao fato das empresas, principalmente aquelas que atuam no setor primário e secundário da economia, ser grandes responsáveis pela degradação e destruição de recursos naturais devido à utilização de matérias-primas não renováveis, devastação e modificação de áreas naturais, poluição do ar, água e da terra pelo lançamento de detritos gerados no processo produtivo, que representam forte impacto no ciclo normal da natureza.

Machado *et al* (2008) destacam que, nos tempos atuais, não basta as empresas se preocuparem com a geração de empregos, desenvolvimento e sobrevivência da comunidade local, mas também devem ter cuidado com o meio ambiente e se engajarem em projetos sociais. Neste contexto, surge a questão da sustentabilidade como uma preocupação da sociedade, que cobra uma resposta das empresas, no sentido de demonstrar que seus produtos possuem valor agregado não só pela sua utilidade, mas também pela preocupação com questões humanas, sociais e ambientais.

Para dar as respostas exigidas pela sociedade as empresas necessitam de instrumentos e meios para divulgar as ações que desenvolvem e seus efeitos na natureza. Essas informações passam a ser demandadas do ponto de vista de demonstrar, através de relatórios, que a empresa é viável financeiramente bem como do ponto de vista de assegurar sua longevidade sem destruir o meio ambiente.

Alguns setores da economia têm uma relação mais próxima aos recursos naturais, tendo em vista que sua atividade depende diretamente dos fatores da natureza como Terra, Água e Ar cuja exploração pode afetar com maior intensidade o meio ambiente. Este é o caso do setor primário da economia, cuja principal fonte de geração de riqueza é a exploração de recursos naturais, como por exemplo, a indústria de papel e celulose, agricultura e pecuária.

Entre as diversas atividades desenvolvidas no setor primário da economia se destaca a atividade agrícola. De acordo com a IAS 41 e o CPC 29 a atividade agrícola consiste no “gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais”. Verifica-se que esta atividade tem relação direta com os recursos naturais. Neste sentido, supõe-se que estas empresas tenham um grau mais elevado de ações ambientais, visto que dependem diretamente desse meio para desenvolver sua atividade e sobreviver no mercado.

No Brasil, como na maioria dos países, ainda não há a obrigatoriedade da divulgação de informações ambientais nos relatórios econômico-financeiros. Antecipando-se a essas necessidades, alguns órgãos emitem recomendações sobre esta divulgação nos relatórios financeiros, como é o caso da CVM (Comissão de Valores Imobiliários), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) no âmbito nacional, e o *Global Reporting Initiative* (GRI) no âmbito internacional.

Neste sentido, torna-se relevante a realização de estudos com a finalidade de identificar se as empresas estão prestando tais informações à sociedade, apresentando informações comparativas a seus resultados financeiros com dados qualitativos e quantitativos, demonstrando assim a sua preocupação ambiental em seus relatórios contábeis. Neste sentido pode-se destacar a seguinte questão para esta pesquisa: Qual o nível de evidenciação de informações de caráter ambiental apresentado pelas empresas que exploram a atividade agrícola?

Para responder a questão de pesquisa anterior estabelece-se que o objetivo desta pesquisa é verificar o nível de divulgação das informações ambientais de empresas que exploram a atividade agrícola.

Para realizar a pesquisa, adotar-se-á como critério para a seleção das empresas aquelas que atuam nestes setores e que possuem em suas demonstrações financeiras, seja destacado no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, elementos conceituados como ativos biológicos. Com base neste critério foram selecionadas 19 empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA. Como fonte de dados para a pesquisa adotar-se-á as informações presentes nos relatórios econômico-financeiros, balanço social, relatório de sustentabilidade e informações divulgadas nos sites das empresas.

O presente trabalho está estruturado em quatro partes: referencial teórico, que contempla uma base da literatura sobre a contabilidade ambiental e pesquisas já realizadas neste ramo, indicação da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, análise e descrição dos resultados obtidos, conclusão e sugestões para próximas pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Evidenciação de Informações Ambientais

Estudos sobre evidenciação socioambiental tornaram-se mais freqüentes no Brasil a partir da década de 1990 com o crescimento dos debates em torno da necessidade de preservar o meio ambiente. Um dos fatores que provocaram esse crescimento foram as discussões da ECO-92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que aconteceu no Rio de Janeiro e teve como objetivo discutir ações e políticas referentes aos impactos do desenvolvimento socioeconômico no meio ambiente. Partindo dessas discussões, conforme Abreu *et al* (2009, p.2) “as empresas começaram a despertar para as questões ambientais e a sustentabilidade de suas operações”.

Segundo Ferreira *et al* (2004) a sociedade está mais consciente do papel que as organizações empresariais devem assumir diante dos benefícios e malefícios causados ao meio ambiente. Há um aumento na cobrança por compromisso, ética e consciência de preservação ambiental na relação entre empresa e sociedade. Conforme Machado *et al* (2009, p.4) “os investimentos ambientais são efetuados pelas empresas para compensar seus impactos ambientais, preservar e melhorar a qualidade do meio ambiente”.

De acordo com Rover *et al* (2008, p.2) a divulgação das informações ambientais “também pode trazer benefícios às empresas, como por exemplo, a redução do custo de capital, o aumento da liquidez das ações e a criação de uma imagem ambientalmente correta.” Na mesma linha de pensamento Kosztrzepa (2004) cita que a evidenciação de informações ambientais traz benefícios como a diminuição de custos e a redução da probabilidade de processos judiciais.

De acordo com Hopwood (2009) as primeiras iniciativas na área de evidenciação ambiental obtiveram pouco êxito, contribuindo, inclusive, para legitimar a postura corporativa que usava desse artifício para “proteger/ocultar” o que realmente estava acontecendo nas atividades das empresas. Porém, segundo o autor, já há alguns sinais de pressões da sociedade para abordagens mais amplas e transparentes.

Em 2008 o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) colocou em discussão proposta de revisão da norma que trata de contingências e evidenciação de certas perdas contingenciais (*Contingencies (Topic 450), Disclosure of Certain Loss Contingencies*). A proposta tem como objetivo ampliar as exigências de evidenciação para ajudar os investidores a entender melhor a natureza, a magnitude potencial e o momento das perdas contingenciais para fazer suas próprias avaliações sobre os resultados possíveis.

As atividades socioambientais realizadas pelas empresas devem ser evidenciadas a fim de tornar público os resultados destas ações e, por isso, a contabilidade é o instrumento através do qual estes resultados serão demonstrados para servir de base para a análise das pessoas interessadas.

Essas informações devem ajudar os usuários das demonstrações financeiras fazer suas próprias avaliações do valor de qualquer ganho ou perda em potencial.

Conforme Grah (2009, p.2),

A contabilidade ambiental vem auxiliar a mensurar as atividades econômicas e financeiras, facilitando o processo de tomada de decisão no que afeta a preservação. [...] A contabilidade ambiental pode auxiliar os gestores a obter uma visão mais ampla e concreta das atividades que a empresa exerce em apoio ao meio ambiente. A geração de relatórios contábeis e da evidenciação de eventos ambientais proporciona informações sobre a posição financeira e econômica da empresa.

Para Botelho e Carneiro (2006, p.5), “uma entidade que reconhece suas responsabilidades ambientais está destinada a diminuir seu risco financeiro futuro, derivados de incidentes ambientais”. Para eles, as empresas que demonstram estas informações podem ter uma “redução significativa nas taxas e multas por danos ambientais, diminuição dos custos de produção, [...] e vantagem competitiva por estar produzindo bens e serviços ambientalmente adequados”.

Com base nessas premissas, surgiram alguns estudos para identificar a forma que as entidades estão utilizando para informar a sociedade as suas atividades em relação ao meio ambiente.

Costa e Marion (2007) analisaram as formas de evidenciação das informações ambientais apresentadas nos relatórios disponibilizados pelas empresas do setor de papel e celulose e identificaram que não há uniformidade na estrutura dos relatórios e algumas informações foram incompletas ou insuficientes.

A pesquisa realizada por Rover *et. al* (2008) identificou que empresas que atuam no Brasil e que tem ações negociadas na Bolsa de Valores dos Estados Unidos mantém suas ações ambientais evidenciadas principalmente no Relatório da Administração e Notas Explicativas.

Outros pesquisadores como Silva e Linhares (2008), Pinto *et al* (2004), Carneiro *et al* (2008), Bernardo e Machado (2010), Monteiro e Ferreira (2006) também chegaram a esta conclusão. Conforme Carneiro *et al* (2008, p.64) “isto mostra que há uma dissociação entre as informações ambientais divulgadas e as demonstrações financeiras, ocasionando uma perda na utilidade da informação”.

Kosztrzeza (2004) fez uma pesquisa sobre a evidenciação de fatos relacionados ao meio ambiente por 11 empresas brasileiras do ramo de química e petroquímica e constatou que houve apresentação de informações relevantes principalmente em relatórios qualitativos, como notas explicativas, relatório da administração, internet e relatórios ambientais. Apenas uma das empresas da pesquisa fez a evidenciação em todos os relatórios anuais demonstrando que não houve, nos achados da pesquisa, padronização quanto à forma de divulgação das informações de caráter ambiental.

Com base nestas pesquisas pode-se afirmar que as empresas basicamente evidenciam as informações através de relatórios qualitativos, prejudicando assim a qualidade das informações repassadas aos usuários externos, pois sem a forma quantitativa e financeira as mesmas se tornam incompletas e sujeitas a diversas interpretações.

Destaca-se que a evidenciação de informações ambientais nas demonstrações financeiras pode se tornar uma importante ferramenta para a divulgação das ações das empresas perante a natureza sejam estas referentes à proteção, preservação ou recuperação da mesma. Além de informar a sociedade, o uso da contabilidade para apresentar as informações relacionadas a atitudes sustentáveis, também beneficia a própria contabilidade e seus profissionais envolvidos. Além de

levar informações para as pessoas dessa área como cidadãos usuários do meio ambiente, ainda privilegia as boas práticas e técnicas contábeis para demonstrar o momento em que ocorrem os eventos econômicos e as mutações do patrimônio, indispensáveis para credibilidade das informações contábeis.

Teoria da legitimação como fundamento para divulgação de informações ambientais

Cho e Patten (2007) afirmam que as empresas utilizam a divulgação ambiental como uma ferramenta para reduzir a exposição destas no ambiente sócio político. Da mesma forma que a divulgação das demais informações relacionadas às empresas é influenciada pelo comportamento das empresas/pessoas envolvidas, a divulgação das informações ambientais também é afetada por vários fatores de natureza, política, econômico, social e cultural.

Verrecchia (2001) considera que não há uma teoria da divulgação única e abrangente que possa explicar o fenômeno da divulgação corporativa. Segundo o mesmo autor o fenômeno da divulgação de informações contábeis pode ser explicado por diversas perspectivas.

Para analisar esse fenômeno Verrecchia (2001) propõe uma taxonomia que engloba três categorias amplas de pesquisa para explicar evidenciação em contabilidade: 1) pesquisa sobre evidenciação baseada em associação (*association-based disclosure*) que tem como objetivo investigar a associação entre a evidenciação (como sendo um processo exógeno) e as mudanças no comportamento dos investidores; 2) Pesquisa sobre divulgação baseada em julgamento (*discretionary-based disclosure*) que compreende pesquisas que identificam quais os motivos da divulgação, ou seja, procuram examinar como os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações; 3) Pesquisa sobre evidenciação baseada em eficiência (*efficiency-based disclosure*), cuja principal característica é a discussão de quais os tipos de divulgação são mais eficientes.

Cho et al (2012) destacam que do ponto de vista da evidenciação ambiental a taxonomia da divulgação baseada em julgamento (*discretionary-based disclosure*) é a que apresenta, teoricamente, maior poder para explicar esse fenômeno. De acordo com os autores pode-se prever uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o volume das divulgações ambientais.

O Fundamento para essa associação supõe que um desempenho ambiental superior transmitirá o perfil da empresa apontando para indicadores de desempenho ambiental que podem ser difíceis de imitar por outras empresas. Empresas com indicadores inferiores podem optar por divulgar menor volume de informações ou omitir o seu desempenho ambiental. Com isso, podem ser colocadas em um conjunto de empresas em que os investidores e outros usuários atribuem um perfil de baixo desempenho.

Pesquisa realizada por Clarkson *et al* (2008) com 191 empresas dos cinco setores mais poluentes dos EUA verificou associação positiva entre o desempenho ambiental e o volume de informações ambientais discricionários o que é consistente com as previsões da teoria da divulgação baseada em julgamento. Esta perspectiva vai de encontro com a teoria da legitimação que, segundo Deegan (2002, p. 293) esta diretamente relacionada com a teoria do contrato social. De acordo com o autor considera-se que a sobrevivência de uma empresa estará ameaçada se a sociedade perceber que esta tenha violado o seu contrato social.

Ainda segundo Deegan (2002), a legitimidade pode ser considerada um recurso que a entidade depende para sobreviver. No entanto, é um recurso que pode ser manipulado ou impactado pela empresa. Neste sentido, sempre que os gestores considerarem que a oferta do “recurso” é vital para a sobrevivência organizacional, eles desenvolvem estratégias para garantir o abastecimento permanente do recurso. Neste ponto, a teoria da legitimidade sugere que entre as estratégias podem incluir divulgações específicas como as de cunho ambiental e social, ou, até mesmo, controlar ou colaborar com outras partes que por si só são considerados legítimas.

Pesquisa realizada por Cho *et al* (2012) com empresas dos EUA ranqueadas na revista *Fortune* 500 identificou que o maior volume de informações sobre gastos ambientais está associada a um desempenho ambiental pior e, portanto, é consistente com a teoria da legitimação, o que indica que as empresas divulgam suas informações para evitar maior pressão por parte do governo e da sociedade.

Na mesma direção, pesquisa realizada por Faisal *et al* (2012) nos relatórios de 125 empresas de 24 países verificou que as empresas de elevado perfil (maior risco político, maior visibilidade do consumidor e concentração de concorrência) e procedimentos adicionais de garantia (auditorias e certificadoras) são influenciadas a divulgação de maior volume de informações sobre sustentabilidade. Além disso, os autores constataam que empresas que operam em países emergentes divulgam maior volume de informações sobre sustentabilidade do que aquelas que operam nos países anglo-saxões.

Pesquisa da *KPMG International Survey* indica que os relatórios de sustentabilidade estão mais convencionais, sendo que quase 80% das 250 maiores empresas de 22 países pesquisados emitem relatórios independentes. Esse número era de cerca de 50% em 2005 (KPMG 2008). No entanto a mesma pesquisa demonstrou que há um desequilíbrio nos relatórios de sustentabilidade em se tratando de países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A pesquisa mostra que o volume de relatórios de sustentabilidade nos países desenvolvidos é maior do que nos países em desenvolvimento.

Esses achados são consistentes com a teoria de legitimidade e sugerem que empresas globalmente conhecida, ou de maior concentração de concorrência, ou ainda em países onde a visibilidade do consumidor é maior como ocorre nos países desenvolvidos usam a divulgação da sustentabilidade como uma ferramenta de legitimação.

Reconhecimento do Passivo Ambiental

Uma das grandes preocupações dos usuários da contabilidade e exigência das boas práticas contábeis está relacionada à completude das informações financeiras. Neste sentido, para que um conjunto de relatórios financeiros seja considerado completo devem apresentar as informações em relação a todos os eventos e transações que envolvem a empresa. Entre essas informações, e de interesse para esse estudo, estão as informações sobre os passivos e contingências ambientais relacionados à preservação e proteção do meio ambiente.

De acordo com o Pronunciamento Técnico 25 (CPC 25) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) o “Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

Do conceito de passivo extraído do CPC 25 verifica-se que este tem entre seus principais elementos uma obrigação presente que enseja a saída de recursos. Do ponto de vista ambiental, as ações de degradação que geram para as empresas a obrigação de preservar ou de recuperar o meio ambiente enquadram-se no conceito de passivo, amplamente já definido pela contabilidade como passivo ambiental.

Neste sentido, Leite *et al* (2007, p.3) caracterizam passivo ambiental como:

“obrigação existente em decorrência das atividades empresarias realizadas ou em realização, as quais causam ou causaram impacto no meio ambiente, em geral, de modo negativo, ou seja, fazendo uso de recursos que não foram repostos (quando renováveis), ou foram usados de forma indiscriminada (quando não renováveis) ou que causaram poluição ao meio ambiente.”

Do ponto de vista da evidenciação das demonstrações financeiras, Teixeira *et al* (2006) afirmam que se um passivo ambiental for identificado é necessário o reconhecimento, mensuração e evidenciação do mesmo, que consiste, respectivamente, em identificar a obrigação, atribuir valores aos itens e demonstrar as transações nos relatórios contábeis esclarecendo os motivos que o causaram.

A apresentação dos passivos ambientais, segundo Ribeiro *et al* (2009) é importante por evidenciar os recursos que serão entregues para liquidar obrigações ambientais e as medidas adotadas para evitá-las ou reduzi-las, pois os recursos utilizados para este fim impactam a área financeira das empresas.

Leite *et al* (2007) observa que o objetivo desta evidenciação é prover o usuário de informações sobre “o impacto ambiental e o desempenho operacional de uma entidade, que sejam úteis na tomada de decisões sobre suas relações com a empresa”. Apesar de ser amplamente destacada a importância da apresentação das informações ambientais, algumas pesquisas demonstram que, devido ao fato de não-obrigatoriedade e falta de lei que regulamente tal prática, muitas vezes estas informações não são prestadas pelas empresas.

Neste sentido, Leite *et al* (2007) realizaram uma pesquisa com 15 empresas do setor de produtos químicos e identificaram que nenhuma empresa fez a evidenciação de passivos ambientais. Na mesma direção Silva e Linhares (2008) verificaram que, de 12 empresas classificadas como as maiores Sociedades Anônimas do Estado do Espírito Santo, apenas 6 “evidenciaram a expressão ‘passivo ambiental’ em seus relatórios”. Houve maior ênfase em detalhar os investimentos no processo operacional, preservação e recuperação de ambientes degradados e investimentos em outros projetos ambientais, sendo citado apenas um processo movido contra a empresa dentre os relatórios analisados.

Calixto (2009) analisou uma amostra de 22 companhias brasileiras de energia elétrica e constatou que informações sobre passivos contingentes, multas e processos relacionados ao meio ambiente foram de natureza qualitativa, sem maiores detalhes. Rover *et al* (2008) também chegou a esta conclusão ao analisar relatórios de empresas de capital aberto com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e pertencentes a setores de alto impacto ambiental.

Pesquisa realizada por Dias (2009) em Portugal, foram analisadas as informações de 49 grandes empresas do *Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa* referentes ao ano de 2005. O autor constatou que 45% das empresas divulgaram informações relacionadas à sustentabilidade voluntariamente, porém, alguns relatórios apresentaram pouco ou nenhum indicador numérico, o que indica, conforme o autor (p. 94), que “são produzidos mais como instrumento de marketing do que como reflexo de um verdadeiro compromisso com a responsabilidade social”.

Conforme Kolk (2006) nos relatórios divulgados pelas companhias da Europa há uma menor ênfase a questões relacionadas a impactos ambientais e mais informações quantitativas quando comparados a relatórios divulgados nos EUA.

Um dos principais fatores para a falta de divulgação dos passivos e contingências ambientais nas demonstrações financeiras pode estar relacionado às dificuldades de mensuração destes. Segundo a Estrutura conceitual Básica para que um elemento seja reconhecido nas demonstrações financeiras ele deve ser mensurável com confiabilidade. Neste caso, além das questões de legitimação ou fatores que levam as empresas a divulgar informações mais detalhadas sobre suas atitudes ambientais ainda há a questão da subjetividade do termo “confiabilidade” da mensuração.

Neste sentido Hubbard (2007, p. 21) define que o processo de mensuração é um conjunto de observações que reduzem a margem de erro quando o resultado é expresso em quantidades. O mesmo autor afirma que todas as coisas são mensuráveis. A mera redução da margem de erro, não sendo necessária a eliminação, é suficiente para justificar a mensuração.

De acordo com Bierman (1963, p. 502) medidas exatas, verdadeiras, não existem. Ao efetuar uma média há apenas a probabilidade de esta coincidir com o estado real da natureza, sendo mais acertado atribuir valores em termos de distribuição de probabilidades da mensuração. Desta maneira, considerando o envolvimento de probabilidades pode-se afirmar que uma medida qualquer é mais exata que a outra quando a diferença entre a estimativa e a realidade, de alguma forma, foi minimizada.

Essa questão da incerteza e das probabilidades de valores e erros a CPC 25 já reconhece a existência desses elementos. Neste sentido recomenda que uma entidade não deve reconhecer em suas demonstrações financeiras um passivo contingente. Mas da mesma forma recomenda divulgar, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável: (a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens destacados na norma; (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída de recursos; e (c) a possibilidade de qualquer reembolso. Essa divulgação deve ser feita nas notas explicativas a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. (CPC 25, 2009)

Verifica-se que no caso destes passivos enquadrados como provisões e contingências a própria norma “tolera” o erro, uma vez que a característica principal destes elementos é a incerteza. Com base nas afirmações de Hubbard e Bierman, como já destacada acima e nas recomendações do CPC 25, a incerteza e a falta de confiabilidade da mensuração não são justificativas suficientes e impedimento para que as informações relacionadas a esses elementos sejam apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras.

Metodologia

O propósito deste trabalho é verificar o nível de evidenciação das informações de caráter ambiental pelas empresas que exploram atividades agrícolas. Para alcançar este objetivo será analisada se estas evidenciam informações sobre os eventos e elementos relacionados ao meio ambiente além de iniciativas para proteção e preservação deste.

A pesquisa é caracterizada como descritiva, qualitativa e documental. Conforme Gil (2002) a pesquisa descritiva tem por foco descrever as características da população ou fenômeno ou estabelecer relação entre as variáveis. Já a pesquisa documental é baseada em fontes diversificadas de documentos que irão receber um tratamento analítico. Quanto a forma qualitativa da pesquisa, Lakatos *et al* (2006) define que há uma preocupação em analisar os dados sem utilizar métodos científicos, fornecendo uma análise mais detalhada das características da população utilizada.

A amostra da pesquisa é constituída por empresas de capital aberto listadas CVM cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e que publicaram Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes ao ano de 2010. Para a seleção da amostra utilizou-se como critério a existência de registro de ativos biológicos nas demonstrações financeiras como uma linha individual. Como fundamento para a seleção da amostra tem-se que estas empresas atuam no ramo de atividades diretamente ligado ao meio ambiente. Assim, partiu-se da premissa que estas empresas possuem iniciativas de proteção e preservação ambiental e, conseqüentemente, evidenciem estas informações de alguma maneira aos seus *stakeholders*, já que estas ações impactam de forma financeira, econômica e social o resultado dessas entidades.

Além disso, destaca-se que a Política Nacional do Meio Ambiente, sancionada pela Lei nº 6.938/1981 e regulamentada pela Resolução nº001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) estabeleceu a obrigatoriedade de realização do Estudo de Impactos Ambientais e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para projetos que envolvam atividades consideradas

efetiva e potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes de causar degradação ambiental. Entre as atividades destacadas está a exploração econômica de madeira ou de lenha e os projetos agropecuários de áreas superiores a 100 hectares e 1.000 hectares respectivamente.

A exigência do EIA e do RIMA para a exploração de uma atividade produtiva sugere a necessidade de maior preocupação com o meio ambiente por parte dos gestores, o que amplia os argumentos de significância da amostra selecionada. No Quadro 1, a seguir, apresenta-se a relação das empresas que compõem a amostra da pesquisa e o setor de atividades que as mesmas atuam.

Quadro 1: Amostra selecionada

Empresa	Setor de atividade
Brasil Ecodiesel	Exploração e/ou refino
Br Foods	Carnes e derivados
Celulose Irani	Papel e celulose
Cosan	Açúcar e Álcool
Duratex	Madeira
Eucatex	Madeira
Fibria	Papel e celulose
JBS	Carnes e derivados
Klabin	Papel e celulose
Marfrig	Carnes e derivados
Melhoramentos SP	Papel e celulose
Minerva	Carnes e derivados
Minupar	Carnes e derivados
Rasip	Agricultura
Renar Maçãs	Agricultura
São Martinho	Açúcar e Álcool
SLC Agrícola	Agricultura
Suzano	Papel e celulose
Tereos	Açúcar e Álcool

Fonte: Dados da pesquisa

Com o objetivo de ampliar o escopo do estudo foi realizado uma separação entre as empresas que publicam seus relatórios de acordo com o *Global Reporting Initiative* (GRI), com a finalidade de verificar se estas possuem maior nível de evidenciação quando comparadas as demais. O Quadro 2, a seguir, apresenta as empresas que compõe a amostra e divulgaram seus relatórios com base no modelo GRI:

Quadro 2: Empresas listadas no GRI

Empresa	Setor de atividade
Br Foods	Carnes e derivados
Celulose Irani	Papel e celulose
Cosan	Açúcar e Álcool
Duratex	Madeira
Fibria	Papel e celulose
Suzano	Papel e celulose

Fonte: Dados da pesquisa

Para a coleta de dados foram consideradas as demonstrações financeiras referentes ao ano base de 2010, especificamente o Balanço Patrimonial, Relatório da Administração, Notas Explicativas, Balanço Social e Relatórios de Sustentabilidade, além de informações divulgadas nos websites, no caso das empresas terem divulgado tais informações.

Com a finalidade de analisar o nível de evidenciação das informações ambientais foi feita uma adaptação aos questionários utilizados nos estudos de Kortszepa (2004) e Vellani (2009). Apesar da existência de outros modelos, como o GRI, optou-se pelo modelo dos autores citados tendo em vista que o mesmo já fora aplicado as empresas brasileiras o que pode assegurar maior conformidade com as questões e comparabilidade dos resultados. Além disso, os itens avaliados servem de *proxy* para avaliar o nível de evidenciação das empresas e contribuem para maior transparência das informações relacionados ao meio ambiente. As questões que serviram de direcionadores estão destacadas no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Classificação da evidenciação de informações ambientais

	Nível de evidenciação sobre:
A	Ativos ambientais?
B	Contingências passivas ambientais?
C	Investimentos/gastos ambientais?
D	Receitas ambientais?
E	Dados concretos e claros que evidenciem o passivo ambiental da empresa?
F	Níveis de poluição que influenciaram ou venham a influenciar os resultados?
G	Divulgação da utilização de energia, água, matérias primas não renováveis?
H	Redução do consumo de água e energia elétrica?
I	Dejetos emitidos?
J	Transformação de resíduos em insumos ou produtos?
K	Monitoramento dos níveis de poluição causados pela entidade?
L	Antecipação de impactos ambientais?
M	Projetos e investimentos ambientais?
N	Programas de responsabilidade ambiental?
O	Cumprimento de legislação ambiental?
P	Medidas adotadas para soluções dos problemas ambientais?
Q	Desastres ambientais, multas e indenizações aplicadas na empresa?
R	Utilização de insumo renovável, reciclável ou retirado de forma ecológica?
S	Redução da emissão de resíduos?
T	Projetos de desenvolvimento sustentável?
U	Projetos de educação ambiental?
V	Projetos de reciclagem?
X	Projetos de preservação e recuperação?
W	Retenção do lucro para questões ambientais?
Y	Monitoramento constante dos níveis de poluição?
Z	Desenvolvimento de processos de produção e produtos menos poluentes?

Fonte: Kortszepa (2004) e Vellani et.al (2009)

Os *sites* das 19 entidades foram examinados para classificar as informações de caráter ambiental de acordo com os itens propostos na metodologia. Após a coleta de dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo para medir o nível de evidenciação ambiental dos relatórios das empresas. Segundo Bardin (2004) a análise de conteúdo é a manipulação da mensagem a fim de identificar as informações sobre uma ou outra realidade.

Para cada elemento do questionário utilizado para analisar a evidenciação ambiental foi aplicada a metodologia da escala tipo *Likert*, atribuindo-se os conceitos que variam 0 a 4 para classificar as informações. Foi atribuído conceito “0” (zero) para os casos em que a empresa não divulga informações relacionadas ao item analisado; conceito “1” (um) para os casos em que a empresa apenas cita as informações sem detalhar qualquer valor ou característica; conceito “2” (dois) quando a empresa divulga informação qualitativa dos eventos/elementos ambientais; conceito “3” (três) quando a empresa informa características qualitativas e financeiras, e; conceito “4” (quatro) quando a empresa divulga informações consideradas completas com características

quantitativas, qualitativas e dados financeiros. Dessa forma, a somatória dos conceitos de cada item determinará o nível de evidenciação de cada empresa.

Para classificar o nível de evidenciação das empresas foi adotado o método de estatística descritiva da divisão por quartil. Como a pontuação máxima de cada empresa era de 104 pontos (26 questões com pontuação máxima 4) foi adotado que o primeiro quartil varia de 0 a 26, o segundo de 27 a 52, o terceiro de 53 a 78 e o quarto de 79 a 104.

Sendo assim, a empresa que alcançar a pontuação do primeiro quartil (0 a 26) caracteriza-se com um nível muito baixo de evidenciação. Se alcançar pontuação do segundo quartil (27 a 52) caracteriza-se com um nível baixo de informações ambientais. Quando alcançar a pontuação do terceiro quartil (53 a 78) caracteriza um nível médio de evidenciação. E se alcançar pontuação do quarto e último quartil (79 a 104) caracteriza-se como de nível alto de evidenciação ambiental. Com base nessas condições foram analisadas as informações das empresas e elaborado a Tabela 1, a seguir, que apresenta a pontuação alcançada para cada empresa em cada quesito analisado.

Tabela 1: Nível de Evidenciação das Informações Ambientais

Item	Br Foods	Brasil Ecod.	Celul. Irani	Cosan	Duratex	Eucatex	Fibria	Jbs	Klabin	Marfrig	Melh. SP	Minerva	Minupar	Rasip	Renar Maçãs	São Martinho	SLC	Suzano	Tereos	
A	0	0	0	3	1	3	3	0	3	0	0	0	0	0	2	3	0	2	4	24
B	0	0	3	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	4	0	1	3	14
C	4	0	2	4	3	0	4	1	2	2	0	0	0	1	2	3	3	3	3	37
D	0	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
E	0	0	3	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	3	1	3	15
F	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5
G	2	0	0	2	0	2	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
H	3	0	2	4	1	3	2	1	2	2	0	0	0	0	0	2	0	3	0	25
I	2	0	2	2	3	0	3	1	2	2	0	0	0	0	2	2	2	3	0	26
J	3	0	2	4	0	3	0	1	2	2	0	0	0	0	0	2	1	3	0	23
K	2	0	2	3	1	0	3	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	2	3	20
L	2	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	7
M	4	0	2	3	3	3	4	1	2	2	0	0	0	1	2	3	3	3	3	39
N	2	0	2	2	2	1	3	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	20
O	2	1	0	1	1	1	2	0	1	1	0	0	0	1	1	0	2	1	1	16
P	3	0	2	4	1	0	3	1	2	2	0	0	0	1	0	0	2	3	0	24
Q	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	10
R	3	0	2	4	0	3	2	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	21
S	2	0	2	2	3	0	3	1	2	2	0	0	0	0	2	2	3	3	0	27
T	2	0	2	3	2	2	3	1	2	2	0	0	0	0	0	2	0	3	0	24
U	2	0	2	2	3	2	2	0	2	2	0	0	0	0	0	1	3	3	0	24
V	2	0	0	2	0	3	1	1	2	2	0	0	0	0	0	1	0	3	0	17
X	3	0	2	3	3	4	3	1	2	2	0	0	0	0	2	0	3	3	0	31
W	4	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	14
Y	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	7
Z	2	0	0	4	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	15
	50	1	35	64	29	34	55	11	33	30	0	0	0	6	15	27	28	59	23	

Fonte: Elaboração Própria

A prática mais comum entre as empresas no que se refere evidenciação de informações positivas foram os ativos ambientais, onde descreveu-se os investimentos e projetos ambientais (itens C e M) implantados para reduzir os impactos ambientais causados pela atividade de produção.

As empresas estão evidenciando em menor quantidade e qualidade informações referentes ao passivo ambiental. Percebeu-se uma tendência das empresas em apenas citar os dados ou informar a característica qualitativa dos mesmos, sem que houvesse especificação de valores ou quantidades. Isso se identifica principalmente nos casos de contingências, quantificação do passivo, desastres, multas, indenizações, e atividades que influenciem o resultado das empresas de forma negativa, caracterizados nos itens B, E, F, G, L, Q e Y da Tabela 1.

Essa constatação vai de encontro aos achados de Leite *et al* (2007) e Dias (2009) em que as empresas estão mais comprometidas a divulgar os aspectos positivos que os aspectos negativos.

As empresas classificadas com um maior nível de evidenciação que apresentaram maior volume de informações e detalhamento de seu passivo e obrigações ambientais, foram Cosan, Fibria e Suzano. Ainda assim, de acordo com a classificação estabelecida essas empresas alcançaram nível médio de evidenciação com pontuação entre 53 e 78 pontos. Verifica-se que a Br Foods está no limiar superior do nível baixo e inferior do nível médio. Dado que para realizar a análise de conteúdo é necessário certa dose de subjetividade para a atribuição dos conceitos, não seria sensato afirmar que o nível de evidenciação dessa empresa seria baixo podendo também ser classificada como médio.

De acordo com os dados analisados e os critérios utilizados para a avaliação do nível de evidenciação das empresas analisadas 53% (08 empresas) apresentaram nível muito baixo de evidenciação, 31% (07 empresas) apresentaram nível baixo, 16% (04 empresas) apresentaram um nível médio. Verifica-se que nenhuma das empresas analisadas apresentou alto nível de evidenciação das informações ambientais.

O níveis baixos de evidenciação são resultado da falta de informações nos relatórios das empresas de dados que possam descrever de forma completa os itens relacionados ao meio ambiente. Dados como as características qualitativas dos elementos, quantidades e valores financeiros relacionados aos projetos, investimentos e atividades de preservação e recuperação do meio ambiente são importantes para a tomada de decisão dos usuários das informações apresentadas.

Entre as empresas que mais se destacaram na evidenciação das informações ambientais verificou-se que estas divulgaram suas informações nas demonstrações financeiras e no relatório de sustentabilidade, apresentando informações mais detalhadas principais características dos investimentos, projetos e procedimentos realizados para reduzir os impactos das atividades no meio ambiente.

Durante a análise verificou-se que as empresas que apresentaram as informações ambientais no relatório de sustentabilidade obtiveram um maior nível de evidenciação. Isso se deve ao fato destes relatórios serem específicos para este fim e oferecerem maior possibilidade das empresas discorrerem sobre os investimentos, ativos, projetos, obrigações e demais informações ambientais relacionadas às suas atividades. Contudo, destaca-se que nem sempre esses relatórios passam pelo crivo da auditoria ou certificação externa.

Analisando as empresas que elaboram o relatório de sustentabilidade com base no modelo GRI verifica-se que das 12 empresas da relação apresentada o Quadro 2 apenas 4 (Br Foods, Cosan, Fibria e a Suzano - considerando que a BR Foods também se enquadrando no nível médio) estão classificadas como de nível médio de evidenciação ambiental.

É importante destacar que a Cosan não estava listada no *Global Reporting Initiative* até agosto de 2011. Porém, a empresa informou em suas publicações que elaborou os relatórios referentes a 2010 de

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS APRESENTADO PELAS EMPRESAS QUE EXPLORAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS

acordo com tal órgão. Destaque-se que a Cosan recebeu uma classificação média no quesito evidenciamento ambiental.

Verifica-se com estas informações que, de um total de seis empresas que publicam seus relatórios de acordo com o GRI, quatro receberam uma classificação média no nível de evidenciamento das informações ambientais e duas empresas receberam classificação de baixo nível. Com isso, percebe-se uma tendência das empresas de evidenciar as informações ambientais de forma mais completa quando seguem as orientações do órgão.

Contudo, não é possível identificar se há uma relação direta entre o nível de evidenciamento das informações e a adoção do modelo de relatório de sustentabilidade do GRI, uma vez que empresas como a Duratex e a Klabin seguem as diretrizes do órgão e tiveram pontuação que as classificou com um nível baixo de evidenciamentos ambientais.

Esses achados são consistentes com a teoria de legitimidade e sugerem que empresas globalmente conhecidas, ou de maior concentração de concorrência, ou ainda em países onde a visibilidade do consumidor é maior como ocorre nos países desenvolvidos usam a divulgação da sustentabilidade como uma ferramenta de legitimação.

Considerações finais

Os dados utilizados na pesquisa, coletados a partir de informações dos relatórios econômico-financeiros das empresas, permitiram identificar que as mesmas utilizam, além das notas explicativas, os relatórios complementares da administração e sustentabilidade para evidenciar as informações ambientais.

Entretanto, são predominantes as informações qualitativas nestes relatórios e *sites* das empresas, ou seja, as companhias não estão evidenciando valores referentes aos impactos causados pelas suas atividades no meio ambiente, principalmente quando se trata de passivos e informações que possam denegrir a sua imagem.

Quanto a expectativa de que empresas que exploram atividade agrícola teriam elevado nível de evidenciamento tendo em vista que muitas dessas empresas exploram reflorestamentos e atividades que de alguma forma pode melhorar a qualidade do meio ambiente não pode ser confirmada pois a maioria das empresas foi classificada em nível baixo e muito baixo de evidenciamento. Se extraída a média geral das empresas da amostra verifica-se que esta superou levemente o limiar do primeiro quartil (26,31) o que significa que ainda há muito o que ser melhorado na evidenciamento das informações relacionadas ao meio ambiente.

Contudo estes o resultado da pesquisa são consistentes com a teoria de legitimidade, pois as empresas que alcançaram maiores níveis de evidenciamento estão entre as empresas da amostra que tem maior exposição global com atividades em vários países, títulos de dívidas no mercado internacional ou com maior visibilidade do consumidor. As empresas que alcançaram baixos níveis de evidenciamento, na maioria dos casos, têm baixa exposição destas junto à sociedade. Neste caso, verifica-se que tanto as empresas com maior nível de evidenciamento quanto às de menor nível de alguma forma se utilizam da divulgação das informações ambientais como uma ferramenta de legitimação.

Para pesquisas futuras recomenda-se usar os mesmos critérios aqui adotados com a finalidade de comparar as empresas que exploram atividades agrícolas com empresas de outros setores e atividades para identificar se este nível de evidência difere entre elas.

Referências

ABREU, M. C. S.; JÚNIOR, O. V. C.; SOARES, F. A.; FILHO, J. C. L. S. Efeito da Conduta Social sobre a Performance Econômica: Evidências da Indústria Têxtil Brasileira. *Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 119-142, jan./mar. 2009.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 3ª. ed. Lisboa: Edições 70, 2004

BERNARDO, M. L.; MACHADO, D. C. Contabilidade e Gestão Ambiental: um estudo de caso sobre o *disclosure* ambiental da companhia Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa, ADMPG, 2010.

BOTELHO, D. R.; CARNEIRO, A. C. J. Critérios de Mensuração, Reconhecimento e Evidência do Passivo Ambiental: um Estudo de Caso na Petrobrás. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo, FEA/USP, 2006.

CALIXTO, L. Análise comparativa da evidência socioambiental de multinacionais em países latino-americanos. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.

CARNEIRO, J. E.; LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C.. Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. *Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, v.19, n.3, p.39-67, jul./set. 2008.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidência das informações ambientais. [Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 43, p. 20 - 33, jan./abr. 2007.](#)

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: ago. 2011.

Cho, Charles .H. Patten, Dennis. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 32 Nos 7-8, pp. 639-47. 2007

CHO Charles H.. FREEDMAN, Martin. PATTEN, Dennis M. Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternative theories. *Accounting , Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25 Iss: 3 pp. 486 – 507. 2012

DYE, Ronald. A., "Disclosure of non-proprietary information", *Journal of Accounting Research*, Vol. 23 No. 2, pp. 123-45. 1985

DEEGAN, Craig. The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 15 Iss: 3, pp.282 – 311. 2002

DIAS, A. C. G. O relato da sustentabilidade empresarial: práticas em Portugal. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria. Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS APRESENTADO PELAS EMPRESAS QUE EXPLORAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS

FAISAL, Faisal. TOWER, Greg. RUSMIN, Rusmin. Legitimizing Corporate Sustainability Reporting Throughout the World. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 6(2), 19-34. 2012.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAS 41. Web Sumaries. Disponível em <http://www.ifrs.org>. Último acesso em 14/12/11.

KOSZTRZEPA, R. O. *Evidenciação dos Eventos Relacionados com o Meio Ambiente: Um Estudo em Indústrias Químicas*. 2004. 156p. Dissertação de Mestrado em Contabilidade – Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

LEITE, R. M.; RIBEIRO, R. R. M.; PACHECO, V. Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente. In: ANPCONT, 1, 2007, Salvador. *Anais...* Salvador, ANPCONT, 2007.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; SANTOS, A. A Relação Entre Setor Econômico e Investimentos Sociais e Ambientais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 13, n. 3, p. 102-115, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia Científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTEIRO, P. R. A.; FERREIRA, A. C. S. A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com os modelos ISAR/UNCTAD. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006.

[PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, set./dez., 2004.](#)

ROVER, S.; MURCIA, F. D; BORBA, J. A. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o *disclosure* das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 53-72, maio/ago., 2008.

SILVA, C. R. G.; LINHARES, R. S. Disclosure ambiental: um estudo nas maiores Sociedades Anônimas do Espírito Santo. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2008.

TEIXEIRA, A.; GOMES, L. L.; AQUINO, A. C. B.; PAGLIARUSSI, M. S. Evidenciando o consumo de recursos naturais pelas companhias por meio de indicadores de Eco-eficiência. *Brazilian Business Review*, Vitória, v. 3, n. 2, p.157-170, jul./dez., 2006.

VELLANI, C. L.; ALBUQUERQUE, A. A.; CHAVES, E. P. S. Uma tentativa de mensuração da relação entre valor de mercado e sustentabilidade empresarial nas ações listadas no ISE da Bovespa. In: ENCONTRO DA ANPAD, 23, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.